

Título Soberano Sustentável do Brasil: financiamento de uma economia mais verde, inclusiva e equitativa

O Banco Mundial prestou assistência técnica à República Federativa do Brasil para estabelecer seu programa de títulos soberanos sustentáveis e preparar o caminho para sua emissão inaugural de US\$ 2 bilhões.

Contexto

O Brasil estabeleceu uma meta de contribuição nacionalmente determinada (NDC) de [redução de 53% nas emissões de GEE](#) até 2030, em comparação com 2005, e de neutralidade de carbono até 2050. Além disso, a NDC visa reduzir a vulnerabilidade do país em termos de água, energia, alimentos, segurança social e ambiental e aumentar os benefícios sociais para garantir a resiliência climática da população e da infraestrutura. [Há altos custos associados ao cumprimento das NDCs](#) do Brasil: as estimativas mais recentes colocam esses custos em US\$ 1,4 trilhão entre 2016 e 2030, o equivalente a [US\\$ 100 bilhões \(ou cerca de 7% do PIB\) por ano](#).

Em 5 de setembro de 2023, o Brasil lançou seu [Marco de Títulos Soberanos Sustentáveis](#), um documento de referência para a emissão de títulos da dívida soberana que permitirá ao país levantar recursos associados ao financiamento de programas orçamentários que geram impactos ambientais e/ou sociais positivos, muitos dos quais podem apoiar a descarbonização e a resiliência climática de longo prazo. O marco (*framework*) segue as melhores práticas internacionais e foi certificado pela Morningstar Sustainalytics (*Second Party Opinion*), demonstrando seu alinhamento com os princípios estabelecidos pela Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA).

Solução financeira

Títulos sustentáveis (verdes, sociais e de sustentabilidade) são instrumentos de dívida que apoiam despesas e projetos com benefícios ambientais e sociais. Trata-se de ferramentas financeiras inovadoras utilizadas por muitos emissores – incluindo soberanos, empresas e multilaterais – para financiar ações ambientais e sociais. [Com US\\$ 7,2 bilhões em dívida sustentável emitidos em 2022](#), o Brasil ficou em primeiro lugar regional em títulos verdes corporativos, tendo levantado recursos para projetos climáticos e de biodiversidade. Em novembro de 2023, tornou-se o



Photo Credit: Adobe Stock

oitavo país da América Latina a emitir um título soberano sustentável. Com a emissão dos títulos brasileiros, o [volume total acumulado de títulos sustentáveis emitidos globalmente em 2023 atingiu US\\$ 4,9 trilhões](#), e as emissões na América Latina e no Caribe atingiram US\$ 157 bilhões regionalmente, sendo 47% emitidos por soberanos (Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Peru e Uruguai).

Utilização dos recursos

O Marco de Títulos Sustentáveis do Brasil está em conformidade com os princípios de uso de recursos descritos nos 'Princípios de Títulos Verdes, Princípios de Títulos Sociais e Princípios de Títulos de Sustentabilidade da Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA). O *framework* lista as despesas elegíveis no âmbito das transações com títulos sustentáveis e as categorias de atividades (17 no total) associadas a benefícios ambientais (10 categorias) e sociais (7 categorias). A primeira emissão do Brasil destinou recursos para o controle do desmatamento, conservação da biodiversidade, Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (com foco em energia renovável e transporte limpo, entre outros) e programas de combate à pobreza (Bolsa Família) e combate à fome (Programa de Aquisição de Alimentos). A divisão da alocação de recursos para prioridades ambientais versus sociais é bem equilibrada (aproximadamente 1:1) de acordo com as melhores práticas internacionais.

Processo de avaliação e seleção de projetos

O *framework* define o processo de avaliação e seleção de despesas elegíveis para financiamento por meio de títulos sustentáveis, garantindo que os recursos captados sejam direcionados para despesas elegíveis



e de alto impacto. Ele também descreve os procedimentos de gestão dos recursos captados e os parâmetros adotados para o monitoramento, medição e publicação de relatórios de alocação e impacto dos recursos, bem como o uso de verificação externa para fornecer segurança aos investidores. O Comitê de Finanças Soberanas Sustentáveis (CFSS), criado como parte do projeto, também é responsável por identificar e mitigar os riscos ambientais e sociais associados aos projetos financiados.

Gestão dos recursos

O CFSS supervisiona a alocação e o rastreamento dos recursos dos títulos. A República Federativa do Brasil pretende alocar integralmente os recursos no prazo de vinte e quatro meses após sua emissão. O processo de gestão de despesas pela Secretaria do Tesouro Nacional assegurará que um montante, pelo menos equivalente aos recursos líquidos dos títulos soberanos sustentáveis, seja usado para identificar e alocar recursos para despesas elegíveis no orçamento federal (alocação virtual).

Alocação e relatórios de impacto

O Brasil se compromete apresentar relatórios sobre a alocação e o impacto dos projetos e atividades apoiados anualmente até a alocação total dos recursos. O relatório será publicado em seu site. A informação trará detalhes sobre o tipo da despesa, proporção entre financiamento novo e refinanciamento, proporção de co-financiamento e montante ainda não alocado. O relatório de impacto incluirá informações qualitativas e quantitativas sobre os impactos esperados e resultados associados ao montante dos recursos desembolsados para cada categoria de despesa.

Resultados

[Em 13 de novembro de 2023, o Brasil lançou com sucesso um título soberano sustentável de US\\$ 2 bilhões.](#) A operação permitiu estender o vencimento da dívida, acessar novos investidores e ampliar a base de investidores, em conformidade com a estratégia brasileira de gestão da dívida no médio prazo. Como os títulos externos do Tesouro servem como referência para o setor empresarial, o Tesouro Nacional optou por um benchmark de 7 anos, onde se concentram as emissões privadas. De acordo com

o secretário do [Tesouro Nacional, Rogério Ceron](#), o Tesouro pretende criar uma curva de rendimento de referência para estimular ainda mais as vendas de dívida sustentável por parte dos emissores privados. Além disso, a transação destacou o compromisso do Brasil com a sustentabilidade ambiental e social para os mercados financeiros e comunidade internacional.

Papel do Banco Mundial

O Banco Mundial¹ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento prestaram assistência técnica conjunta ao Tesouro Nacional do Brasil para estabelecer o programa de títulos sustentáveis. O trabalho conjunto foi alinhado com o compromisso dos presidentes do Banco Mundial e do BID de unir forças para maximizar o impacto de desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Os dois bancos multilaterais de desenvolvimento apoiaram o governo brasileiro no entendimento do valor adicionado da emissão de títulos temáticos em linha com a estratégia de gestão da dívida do país e as melhores práticas internacionais, estabelecendo um grupo de trabalho interministerial ("Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas"), desenvolvendo a estrutura dos títulos, identificando projetos elegíveis e obtendo a revisão externa (*Second Party Opinion*). O Banco Mundial também assessorou o Tesouro do Brasil na estratégia de comunicação e organizou eventos de compartilhamento de conhecimento para compartilhar a experiência do Brasil com seus pares. O Banco Mundial apoiará ainda mais o Brasil na preparação dos relatórios de alocação e impacto pós-emissão.

Resumo dos Termos Financeiros

Data de Emissão	13 de novembro de 2023
Volume/Moeda	US\$ 2 bilhões
Prazo	7 anos (vencimento em 18 de março de 2031)
Cupom/Rendimento	6.50% ²
Demanda além do total ofertado	3X

Contact: **Miguel Navarro-Martin**, Manager, Financial Products & Client Solutions, The World Bank Treasury

✉ mnavarromartin@worldbank.org ☎ +1 (202) 458 4722

📍 1225 Connecticut Avenue NW, Washington, D.C., 20433, U.S.A.

¹ O trabalho foi liderado pela equipe de Finanças Sustentáveis e ESG da Tesouraria do Banco Mundial, em forte coordenação com a equipe do Brasil no país.

² Spread-over-US Treasury de 181,9 bps - o nível mais baixo alcançado para uma nova emissão em quase uma década e comparável aos obtidos por países com grau de investimento